

A HISTÓRIA DA INFÂNCIA NA AMAZÔNIA COLONIAL: UM PANORAMA HISTORIográfICO

THE HISTORY OF CHILDHOOD IN COLONIAL AMAZONIA: A HISTORIOGRAPHICAL OVERVIEW



SHAYRULA ALICE FERREIRA DALLOO¹

Resumo

A História da Infância e da criança como objetos de investigação histórica são temas recentes no âmago da historiografia ocidental e surgem no enredo das renovações historiográficas que permearam o século XX. No Brasil, o interesse por essa temática é ainda mais recente e, no que diz respeito à história da infância na Amazônia Colonial, é um percurso de estudos que ainda está sendo trilhado. No presente artigo, apresenta-se um panorama bibliográfico acerca das produções que tratam da História da Infância e da criança, no âmbito da historiografia sobre a região amazônica que aborda o período colonial, bem como buscou-se identificar nessas produções matrizes teóricas e metodológicas usadas pelos autores, comparando-as com inovações temáticas e metodológicas introduzidas pela Nova História Colonial, produzida no Brasil. Para tanto, valeu-se do método quantitativo para o levantamento, do comparativo e de cotejamento para fazer as possíveis comparações.

Palavras-chave: História Cultural da Amazônia; Historiografia da Amazônia; História da Infância.

Abstract

The History of Childhood and children as objects of historical investigation are recent themes at the heart of Western historiography, emerging in the context of the historiographical renewals that permeated the 20th century. In Brazil, interest in this theme is even more recent, and with regard to the history of childhood in Colonial Amazonia, it is a path of study that is still being explored. This article presents a bibliographic overview of the productions that deal with the History of Childhood and children within the historiography of the Amazon region that addresses the colonial period. It also seeks to identify the theoretical and methodological frameworks used by the authors in these productions, comparing them with thematic and methodological innovations introduced by the New Colonial History produced in Brazil. To this end, the quantitative method was used for data collection, and the comparative and collation methods were employed to make possible comparisons.

Keywords: Cultural History of the Amazon; Historiography of the Amazon; History of Childhood.

¹ Graduanda do curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Bolsista FAPEAM em iniciação científica durante os anos de 2024-2025 e integrante do grupo de estudos CAHIAM – Cultura e Historiografia da Amazônia.



Introdução

*Quem construiu Tebas de sete portas?
Constam nos livros os nomes dos reis;
terão os reis arrastado os blocos de pedra?*

[...]

*E Babilônia, tantas vezes arrasada
– quem, tantas vezes, a reconstruiu?*

[...]

A grande Roma é cheia de arcos de triunfo.

Quem os ergueu?

Bertolt Brecht

Lançar luz sobre sujeitos outrora relegados pela historiografia tradicional é uma prática que muitos historiadores passaram a priorizar em suas pesquisas históricas, diversos estudos centrados na revalorização dos sujeitos que também participaram do processo histórico ganharam espaço², possibilitando no ofício do historiador um olhar mais sensível sob o forjar das relações e experiências históricas vividas. À vista disso, o historiador Marc Bloch (2001, p. 75) assinala: “imensos contingentes da humanidade saíram das brumas”. Na maré bravia do fazer histórico, novos procedimentos de investigação surgiram, outros se renovaram, permitindo esse emergir de sujeitos e temáticas diversas.

Assim, os estudos sobre infância e crianças vão de encontro com o contexto histórico de renovação historiográfica que a Europa estava passando em meados do século XX, no *métier* do historiador, questionavam-se métodos, objetos e impulsionaram-se novas abordagens e temáticas. Nesse cenário, há que ter em vista a obra de Philippe Ariès (1960), intitulada *L'Enfant et la Vie Familiale sous l'Ancien Régime*³, isso pois, tal obra se configura como exponencial desse momento de renovação e foi a partir da mesma que os debates e discussões acerca da infância, da criança e da família se ampliaram, ganhando espaço no campo da pesquisa histórica.

Em sua obra, Ariès levanta a tese de que nem sempre existiu o sentimento de infância que hoje nos é comum, isto é, que o sentimento afetivo direcionado à criança, é fruto de uma construção que passou por um longo processo histórico. Nesse viés, Ariès

² Nos referimos às correspondências com à Nova História Cultural e às renovações advindas da Escola dos Annales. A título de menção, alguns autores de referência nessas correntes são Roger Chartier, Michel de Certeau, Peter Burke e Carlo Ginzburg

³ Foi publicado no Brasil sob o título *História Social da Criança e da Família*, pela editora LTC.



esboçou também, comparativamente, as formas como as crianças eram vistas na Idade Média, seus brinquedos, jogos, trajes, o modo como se procedia às atividades laborais e inferiu que a maneira como eram vistas e tratadas não se diferenciava da forma como os jovens e adultos eram tratados e vistos, exceto quando muito pequenas⁴.

O debate a respeito de sua obra acalorou muitas questões e críticas, a título de exemplo: *Uma História da Infância: da Idade Média à Época Contemporânea no Ocidente*, de Colin Heywood (2004) e *A Individualização da Criança* de Jacques Gélis (1993). De modo equidistante, essas duas produções traçam reflexões significativas a respeito das colocações e teses de Ariès, assim como trazem novos olhares à luz dessa delimitação temática. Da mesma forma, os ensaios de Walter Benjamin (2009) sobre crianças, juventude e educação se fazem pertinentes para pensar de forma crítica a infância na modernidade.⁵

No Brasil, embora o interesse pela temática tenha se dado a partir da década de 1980, na conjuntura das renovações temáticas e de fontes, já em *Casa Grande & Senzala*, Gilberto Freyre (2003) esboçava, com o uso de fontes inéditas, a presença de crianças, inseridas na dinâmica da sociedade patriarcal. Embora não o tenha feito de maneira específica, seu trabalho traçava um panorama da infância, considerando as crianças negras, brancas e indígenas. De modo similar, Freyre (2004) voltou-se em *Sobrados e Mucambos* para questões que remetem à temática, examinando as relações entre filho e pai na sociedade brasileira, remontando ao período colonial⁶.

Florestan Fernandes (1979) também se debruçou sobre pesquisas a respeito da criança, haja vista o estudo que produziu denominado *As trocinhas do Bom Retiro: contribuição ao estudo folclórico e sociológico da Cultura e dos Grupos Infantis*. Fernandes indicava que a rua, nesse sentido, também era espaço de socialização da criança, muito além da escola e da casa. Este trabalho tem sua originalidade no que tange às discussões sobre as culturas infantis e os processos de socialização da criança no Brasil. A partir desses estudos, muitos outros, instigados pelos ares de renovação e investigação histórica, passaram a levar em conta as interpretações e os novos registros históricos sobre

⁴ Ariès enfatiza a mudança da concepção de infância ao longo da história, demonstrando o papel da escolarização na Idade Moderna e a emergência da vida privada como fatores impulsionadores dessa modificação.

⁵ São artigos, resenhas, notas e comentários escritos por Benjamin durante o período de 1913 e 1915, relativos à infância, jogos, brinquedos, livros infantis, jovens e educação.

⁶ Reconhecemos toda problematização direcionada a visão e abordagem de Freyre, como as críticas posteriores à sua interpretação conciliatória das relações patriarcais e raciais. Mas no que tange a temática é relevante destacar seus estudos, que de modo pioneiro utilizaram novas fontes e abordaram crianças.



crianças, demandando sua articulação com distintas perspectivas, com a pluralidade de outros pontos de vista, instrumentos e lentes variadas utilizadas por historiadores para capturar informações sobre as crianças.

Nesse viés, cabe ressaltar, o livro *História das Crianças no Brasil*⁷, organizado por Mary Del Priore (1991), que trouxe à tona artigos de diversos pesquisadores que se dedicaram ao estudo da criança, particularmente no Brasil. A obra desempenhou um papel fundamental no impulso de outras pesquisas sobre a temática, tornando-se uma referência indispensável para qualquer pesquisador que se debruce sobre o assunto, não é incomum que as produções posteriores o tenham como referência. A título de passagem, destaca-se nessa obra os seguintes artigos: *O papel branco, a infância e os jesuítas na Colônia*⁸ de Del Priore e *Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista*⁹ de Rafael Chambouleyron, estudos que se direcionam para uma análise histórica das crianças indígenas relacionando com a ação jesuítica no processo de colonização.

É inegável que hoje há produções consistentes sobre a história da Infância e da criança, nos mais diversos campos de estudo, como pedagogia, sociologia, história etc. Sob os mais diversos aspectos, são investigados cotidianos, a educação, sociabilidade, levando-se em consideração diversificados recortes temporais e a complexidade dessas crianças, abordam-se crianças escravas, indígenas, brancas e migrantes. Nesta pesquisa, não temos a intenção de abranger toda produção historiográfica que se debruçou sobre o tema da infância e das crianças, apresentaremos um breve panorama apenas dos trabalhos que tomamos como mais relevantes para a construção desta pesquisa e as suas especificidades. No entanto, apesar do recorte escolhido priorizar produções que tratam dos séculos XVII e XVIII, correspondentes ao período colonial, ampliamos para outras que analisam contextos posteriores, como os séculos XIX e XX. Essa ampliação é válida, pois visa contextualizar a trajetória da historiografia sobre a infância no Brasil.

A metodologia utilizada na pesquisa formalizou-se em três etapas. Na primeira fase, utilizaram-se os princípios do método quantitativo, isto é, levantamentos, por meio dos títulos de dissertações e teses produzidas nos últimos anos do século XX, em âmbito

⁷ Dedicado à historiografia da infância, o livro reúne artigos de historiadores, sociólogos, antropólogos e outros especialistas que abordam recortes da história da infância brasileira em épocas e contextos diferentes.

⁸ Para Del Priore, a infância é percebida como momento propício para a catequese, apesar disso, muitas vezes, essa catequese se perdia ao chegar na colônia, frente as particularidades e dificuldades em lidar com os hábitos das crianças nativas.

⁹ O autor demonstra como o ensino para as crianças indígenas foi empregado pelos jesuítas como modo conversão dos “adultos”, se esperava que tais crianças aprendessem, não apenas a doutrina cristã, mas também, os hábitos do homem branco. Assim, pretendia-se que os conhecimentos então aprendidos, seriam repassados aos indígenas “adultos”.



nacional e regional, referentes a pesquisas sobre a história das infâncias e das crianças na Amazônia Colonial. Na segunda fase, empregou-se o método comparativo, no qual foram comparadas as produções, buscando encontrar semelhanças e diferenças na forma como são representados esses sujeitos. O critério para escolher quais produções foram analisadas, considerou a proximidade temática com a história da infância e da criança, no recorte e nas categorias, bem como o fato de ser produto de dissertação ou tese já analisada por uma banca examinadora, como também ser artigo publicado em periódico com conselho consultivo, entre outros. A terceira fase do projeto, valeu-se do método de cotejamento, no qual, cruzou-se as produções, levando em consideração a pesquisa desenvolvida para apontar novas abordagens e possíveis perspectivas que podem ser trabalhadas fazendo o uso da temática das infâncias e das crianças na Amazônia Colonial.

Nesse sentido, foi realizado um levantamento das produções sobre a história da infância na historiografia da Amazônia Colonial, os locais privilegiados para se fazer esse levantamento historiográfico foram os cursos de Pós-graduação em História das Universidades Federais dos três Estados: Amazonas, Pará e Maranhão¹⁰. Embora o Estado do Maranhão não pertença à região Amazônica, no período colonial ele fazia parte do grande Estado do Maranhão e Grão-Pará e, posteriormente, do Estado do Grão-Pará e Maranhão¹¹. Assim, as instituições administrativas coloniais foram centralizadas nessas duas antigas capitais coloniais dessa grande região: a cidade de São Luís e a cidade de Belém do Pará. Em razão disso, a escolha por centralizar esse levantamento nesses três polos de produção historiográfica recentes, uma vez que as fontes formadas pelos registros coloniais foram produzidas nessas antigas capitais.

Buscou-se também, abranger o levantamento para fontes possíveis, arquivos, periódicos, artigos, monografias, tal como optou-se pela interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento, nesse viés, as produções em outros programas de Pós-Graduação também foram levadas em consideração, como por exemplo, em Educação. Respeitando, contudo, a delimitação temática da pesquisa, mas buscando uma aproximação.

¹⁰ A princípio, mapeamos os seguintes: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (PPGH-UFAM), o Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPHIST-UFPA), Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Programa de Pós-Graduação em História da Amazônia (PPGHA) é um programa da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas (PPGHispam) da Universidade Federal do Tocantins e o Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS- UFMA). Programa de pós-graduação em educação da Universidade do Pará (UEPA). Programa de pós-graduação em educação da Universidade do Pará (UFPA)

¹¹ Estado do Maranhão e Grão-Pará (1654), e por conseguinte, Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751).



A criança e infância na historiografia sobre a Amazônia Colonial e fontes possíveis

No Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, destaca-se, para a temática da pesquisa, a dissertação *Infância e trabalho: dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus (1890-1920)* de Alba Barbosa Pessoa (2010). Embora o recorte temporal ultrapasse o desta pesquisa, século XVII e XVIII, o primeiro capítulo, intitulado *A Infância como objeto de reflexão historiográfica*, discorre sobre estudos acerca da infância no Brasil, o surgimento dessa temática e a infância na historiografia regional. Tais discussões são extremamente relevantes para se conhecer os debates que tangem os estudos a respeito da infância, o capítulo anteriormente citado, traça justamente uma linha de produções pertinentes para situar os estudos da criança e da infância.

O livro *História Social da Infância na Amazônia*, organização de Franciane Gama Lacerda e Alba Barbosa Pessoa (2021), traz consigo uma variedade de artigos que se dedicam aos estudos da infância e da criança, sobretudo, no século XIX. Em sua apresentação ao livro, Gama e Pessoa tecem considerações sobre o caminhar das pesquisas historiográficas desde Ariés:

No Brasil, podemos exemplificar isso por meio de muitos trabalhos dos Programas de Pós-Graduação que perceberam que a criança, até então invisibilizada pela historiografia, era portadora da chave de compreensão de muitos processos históricos pelo qual o país passara. Que esses pequenos seres não estavam como simples coadjuvantes dos processos históricos. Que, em distintos momentos, grande parte da sociedade brasileira para a criança voltou sua atenção, no sentido de ter maior controle e de fazer maior uso (Gama; Pessoa, 2021).

Para ambas, essa historiografia se concentra nos anos finais do século XIX e início do século XX, adensando as pesquisas sobre infância nesses recortes temporais. Além disso, apontam que há uma certa aquiescência quanto ao conceito de infância nessas produções, isto é, a infância sendo uma construção cultural e histórica, uma fase da vida do indivíduo moldada a partir do constructo cultural da sociedade em que o mesmo está inserido. Já a criança, seria o sujeito que acaba por experienciar esse período.

Visando aprofundar a busca por produções, adentramos o curso de licenciatura plena em História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), no qual enfocamos nas produções orientadas pelos professores que trabalham o período colonial no contexto da Amazônia. Dessa maneira, encontramos apenas um trabalho de conclusão de curso do



ano de 2023, denominado *A Infância na Amazônia Pombalina nas Capitanias do Grão-Pará e Maranhão*¹², bem como um mestrado em andamento no Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), sendo o tema: *A instrução aos Menores no século XVIII na capitania de São José do Rio Negro*, iniciado em 2025, ambos trabalhos da mesma autora, Elizabeth Francielly Alecrin Macêdo. Deixamos assinalado que para pesquisas posteriores na esfera dos estudos sobre crianças na Amazônia Colonial, esses trabalhos podem contribuir, por isso deu-se nota.

Chambouleyron, em *Os jesuítas e o ensino na Amazônia Colonial*,¹³ reflete sobre as atividades educativas da Companhia de Jesus¹⁴ e o papel do ensino jesuítico na Amazônia Colonial. Chama atenção para uma análise que entenda esse processo para além dessa Ordem, isso é, percebendo como os próprios jesuítas se inseriram no universo colonial. Como bem exemplifica, “é preciso recuperar o sentido político que assumiram as classes nas aldeias e nas cidades e vilas, pois elas nos permitem melhor entender o lugar que a Companhia de Jesus construiu para si na Amazônia Colonial” (Chambouleyron, 2007, p. 87).

Em texto posterior, “*Quem doutrine e ensine os filhos daqueles moradores*”: a *Companhia de Jesus, seus colégios e o ensino na Amazônia Colonial*, Chambouleyron, Karl Heinz Arenz e Raimundo Moreira das Neves Neto (2011) discorrem sobre o “ensino dos filhos dos moradores e os primeiros intentos de formar noviços da terra” e ressaltam que essa experiência precisa ser alargada para além do caráter de ensino, pensando a inserção da Ordem naquele cenário, as formas políticas e econômicas do qual fizeram uso para suas articulações na Amazônia Colonial.¹⁵

No artigo *Educação jesuíta e crianças negras no Brasil Colonial* (1999), de Amarílio Ferreira Júnior e Marisa Bittar, é abordado a questão da educação de crianças negras nos colégios jesuíticos, crianças que nasciam em fazendas de propriedade da Companhia de Jesus. Apesar de interessante para este estudo, o artigo acaba por se munir de embasamentos questionáveis, como o uso do conceito de aculturação, que ao ver das

¹² Não obtivemos acesso ao trabalho de conclusão de curso pois não estava disponível no Repositório Institucional da UFAM, só encontramos o seu registro no Lattes e Escavador do professor que o orientou.

¹³ No Estado do Maranhão e Pará – aproximadamente correspondente a região atual da Amazônia brasileira – desde a chegada do padre Antônio Vieira, 1650, os jesuítas se estabeleceram, mesmo que outrora estivessem na região, foi somente em 1653, que se fez uma presença sistemática e efetiva da Companhia

¹⁴ Foi uma ordem religiosa católica fundada por Inácio de Loyola, tinha como principal objetivo catequizar os indígenas nas colônias europeias.

¹⁵ Vide também: *Além das doutrinas e rotinas: índios e missionários nos aldeamentos jesuíticos da Amazônia portuguesa* (Arenz, 2014) e *Sem educação não há missão: a introdução da formação jesuítica no Maranhão e Grão-Pará (Século XVII)* (Arenz, 2016).



pesquisas até então produzidas resulta em um mascaramento das relações que entende uma “assimilação cultural” de forma unilateral.

No Programa de pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (UEPA), a dissertação *Educação colonial na Amazônia: A pedagogia dos jesuítas e a invenção do Sairé*, de João Aluizio Piranha Dias, de 2014, discute o desenvolvimento dos processos educativos de construção e transmissão de saberes inerentes à festa Sairé¹⁶, na vila Alter do Chão, Pará. O estudo faz de suas fontes as primeiras cartas jesuíticas (séc. XVI)¹⁷, tal como as fontes produzidas no contexto do Grão-Pará (séc. XVII-XVIII), além de bibliografias que tratam do campo da História Cultural, da produção do imaginário e do simbólico. Dias destaca a sessão III para discorrer sobre o projeto evangelizador e educacional dos jesuítas, nesse exame, trata das experiências dos jesuítas no Grão-Pará, o cotidiano nos aldeamentos jesuítas na Amazônia, além das fontes jesuíticas de Vieira, Bettendorff e Daniel¹⁸.

No tocante a interdisciplinaridade já citada, ingressamos no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA), destaca-se a dissertação *Ação pedagógico-formativa da Companhia de Jesus em Belém (1652-1759)* de Elisangela Costa, defendida em 2016. Costa enfoca a sistematização do trabalho jesuítico enquanto “educadores” em Belém. No capítulo quatro de sua dissertação, denominado *A atividade pedagógica dos jesuítas no colégio Santo Alexandre na cidade de Belém do Grão-Pará*, faz uma análise sobre “os dissidentes”, os filhos dos moradores, os curumins, os futuros padres, e como estes estavam inseridos na lógica da ação pedagógica jesuítica, tal como as distinções dessa “formação”.

A tese de Marileia Pereira Trindade (2019), denominada *Representações sociais sobre crianças e infâncias em Teses e Dissertações da Amazônia*, produzida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA), traz uma análise que retoma em Áries, as bases para pensar uma construção histórica da infância e da criança:

¹⁶ Compreendida como uma prática educativa, cultural e religiosa decorrente do processo de conversão dos indígenas ao cristianismo, particularmente nos espaços dos aldeamentos, dos séculos XVII e XVIII, onde os padres jesuítas inseriram elementos do catolicismo aos rituais dos indígenas como meio de catequizá-los.

¹⁷ É crucial ter em mente que através dessas fontes, pode-se cotejar os documentos e dimensionar a presença das crianças e o ensino direcionado para as mesmas, então, embora essas obras direcionadas a ação jesuítica não visem centralizar sua análise na criança, o historiador, pode captar através dessas fontes, vestígios e indícios de contexto.

¹⁸ Antônio Vieira, João Felipe Bettendorff e João Daniel foram jesuítas importantes no período colonial do Brasil, com destaque para suas atuações na Amazônia.



Nos relatos de Ariès, acompanhamos a construção de um sentimento de infância e a diferenciação das crianças em relação aos adultos, seja por meio de delimitações cronológicas ou por seus papéis sociais. Vimos também que a criança se tornou foco da paparicação dos adultos e alvo de outras demandas sociais externas a família. A partir do relato desse autor, encontramos pistas em relação aos significados sobre a criança e a infância, cujas mesmas se aproximam, mas também se diferenciam em comparação com histórias de crianças no Brasil – no passado e no presente (Trindade, 2019, p. 81).

Na passagem, a autora lança mão da posição de Del Priore a respeito da suplantação das teses de Áries a fim de compreender a história das crianças no Brasil. Elucida também que “embora possamos nos valer da literatura internacional para a discussão sobre a criança e a infância, precisamos de referenciais que partam do chão brasileiro, do Norte ao Sul do país (Trindade, 2019, p. 82). Como bem afirmou Del Priore (1991, p. 20), “a historiografia internacional pode servir de inspiração, mas não de bússola”. A realidade desses sujeitos não foi semelhante, a escolarização e a vida privada, além do mais, há todo um universo de especificidades de suas vidas cotidianas. Em suma, destaca-se uma reflexão levantada por Trindade que ao analisar autores que discorrem sobre a Infância como construção histórica, social e cultural, afirma:

A infância não existiu desde sempre no imaginário social, mas decorre de um processo de construção histórica, cuja mesma é permanente; a infância não é homogênea, pois se altera no entrecruzamento com outras estruturas sociais; a criança, como sujeito que corporifica a infância, assume papéis sociais variados. Dessa forma, a alusão à infância precisa levar em consideração os parâmetros sociais e os contextos particulares de vida das crianças. Diante das transformações da infância, as crianças que passam por ela, vivem experiências diferenciadas (Trindade, 2019, p. 116).

Neste sentido, destaca-se o livro *História Social da infância no Brasil*, organização de Marcos Cezar de Freitas (1997), pelo seu conato em mapear e organizar fontes primárias para o estudo multidisciplinar da história da infância no Brasil. Ou seja, a obra se dedica ao estudo sobre fontes para uma história da infância, trabalho esse que não é fácil, como exemplifica Freitas:

O rastreamento da história da infância nas fontes primárias e nas secundárias tem encarecido a travessia de um labirinto no qual as disciplinas e os territórios epistemológicos estão demarcados. O tema Infância, nesse percurso, consegue rasgar fronteiras, mas paga tributo de emergir daquelas disciplinas e apresentar-se ao senso comum em situação subordinada, à mercê das “palavras e das coisas” (Freitas, 1997, p. 14).



Ainda que seja um trabalho árduo, diversos pesquisadores contribuíram para a composição de uma história social da infância no Brasil, tomando por eixo temático a criança por variadas frentes de debate e investigação. O trabalho de Maria Luiza Marcílio (1997) intitulado *A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil (1726-1950)*, ilustra exatamente isto. Fazendo uso de fontes da roda dos expostos, instituição duradoura de assistência à infância, Marcílio traz elementos relevantes para compreender o papel da roda de expostos na Colônia:

Essa instituição cumpriu importante papel. Quase por século e meio a roda de expostos foi praticamente a única instituição de assistência à criança abandonada em todo o Brasil. É bem verdade que, na época da colonial, as municipalidades deveriam, por imposição das Ordenações do Reino, amparar toda criança abandonada em seu território. No entanto, está assistência, quando existiu, não criou nenhuma entidade especial para acolher os pequenos desamparados. As câmaras que amparam seus expostos limitaram-se a pagar um estipêndio irrisório para que amas-de-leite amamentassem e criassem as crianças (Marcílio, 1997, p. 53).

A roda dos expostos remonta à Idade Média, em Portugal as rodas seguiram o modelo da Itália. Na época colonial, no século XVIII, foram implantadas três rodas de expostos no Brasil. Em Salvador (1726), Rio de Janeiro (1738) e Recife (1789). Em outra investigação, denominada *História Social da criança abandonada*, Marcílio (1998) busca fazer uma arqueologia e trajetória do fenômeno do abandono, para tanto, estende sua análise espacial para Europa e Brasil, delineando mais profundamente os limiares do abandono, como afirma:

O projeto previa dar conta da história da infância abandonada brasileira. Mas como escrevê-la, sem mostrar, ainda que de maneira sumária, superficial, que os comportamentos, as atitudes, as instituições, as leis, as experiências, as políticas públicas de assistência e de proteção à infância abandonada não foram invenções nacionais? Tudo esteve sempre atrelado a modelos de fora, de Portugal inicialmente, que por sua vez, adotou modelos aperfeiçoados de outras partes da Europa, sobretudo da Itália e da França, países protótipos e assistência à infância sem-família, no Antigo Regime europeu e no século XIX (Marcílio, 1998, p. 13).

Tal investigação abrangente, busca entender como se deu o processo histórico dessa infância desvalida, é pertinente para que se compreenda as particularidades e as distinções, assim como o teor de suas continuidades, permanências e rupturas.

Compreendemos assim a infância na Amazônia Colonial, repleta de distinções e particularidades. Assim sendo, Jane Elisa Otomar Buecke (2019), na dissertação *Infância e práticas educativas na Amazônia Seiscentista*, do Programa de Pós-Graduação em



Educação da Universidade do Estado do Pará (UEPA), ao fazer uma análise da infância indígena do século XVII, pontua:

Na Amazônia no século XVII, várias infâncias coexistiam. Entre os Tupinambá as crianças eram consideradas importantes transmissoras da sua cultura. Nota-se entre eles um sentimento claro de infância, pois davam atenção particular a esta fase da vida marcada por rituais de passagem e práticas educativas que visavam a transmissão do saber cultural (Buecke, 2019, p. 56).

Visto que a criança vem assumindo diferentes papéis de acordo com a época e experiências em que está inserida, as infâncias são múltiplas, principalmente, no que diz respeito ao cotidiano desses sujeitos no contexto da Amazônia Colonial. Assim, a infância como objeto de reflexão historiográfica é uma temática extremamente relevante e que necessita ser catalogada, analisada minuciosamente, bem como deve ser abordada, uma vez que, a infância é um processo construído também historicamente.

A pesquisa de Buecke concentra-se na análise da infância e das práticas educativas no cotidiano das crianças que viveram na Amazônia no século XVII. Para embasar seu estudo, a autora recorre a fontes documentais, como cartas e crônicas de religiosos que se estabeleceram na região durante esse período. As questões centrais que guiam sua investigação incluem: como era a infância na Amazônia Colonial? Quais práticas educativas moldavam a vida das crianças amazônicas do século XVII e quais saberes eram transmitidos a elas? Como a infância era representada nesse contexto?

A dissertação é caracterizada por uma sólida base teórica e metodológica, fortemente influenciada pelo viés da Cultura. A autora se apoia em conceitos da História Cultural, que ampliam a noção de fontes, ressaltam a história do cotidiano e conferem visibilidade a sujeitos marginalizados (Buecke, 2019, p. 08). A pesquisa também reflete uma estreita conexão com as mudanças historiográficas e novas abordagens, evidenciada pela utilização de um referencial teórico que inclui Roger Chartier, Peter Burke, Michel de Certeau e Carlo Ginzburg. Um ponto de destaque é que Buecke dedica um subtópico específico para analisar infância sob o olhar da História Cultural. Esta dissertação tem grande potencial para enriquecer os estudos históricos sobre a História da Infância na Amazônia Colonial, trazendo contribuições significativas para os estudos.

Na Universidade Federal do Pará, no Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, a dissertação *As Letras Humanas: Os povos indígenas e o ensino da língua portuguesa na Amazônia Pombalina (1751-1823)*, de Jonas Araújo da Cunha,



defendida em 2012, aborda o ensino das crianças indígenas no contexto do período “pombalino”. Essa dissertação versa sobre os indígenas que habitavam o Vale do Amazonas no período da então colonização portuguesa, destacando a Companhia de Jesus como uma das ordens regulares que mais implementaram as letras humanas¹⁹ como objeto de ensino e catequese. O principal objetivo por trás da pesquisa é entender os eventos que permeavam aquele contexto, tal como a expulsão dos jesuítas, o papel de Francisco Xavier de Mendonça Furtado²⁰ e como o ensino da Língua Geral²¹ em detrimento da língua portuguesa se tece nesse processo. Essa produção contribui para nossa pesquisa pois aponta as formas impares que a interdisciplinaridade tem sido trabalhada em pesquisas que se debruçam sobre a educação da criança indígena e o papel dos missionários no que diz respeito a catequização, sendo assim, Cunha argumenta que:

Primeiramente é preciso notar a opção preferencial dos missionários pelos curumins. Prática que pode ser justificada por diversas razões: A religiosa, visto que catequizá-los era urgente para apressar-lhes o batismo, a fim de que não morressem pagãos; a pedagógica já que, era mais fácil ensinar uma criança do que um adulto, daí o uso ordinário de iconografias e de peças teatrais, e por último a estratégica, à medida que as crianças ensinadas e doutrinadas seriam multiplicadores do que aprendessem. Acrescente-se a questão estratégica, como considerou Olga Teixeira, o fato que “o público-alvo era preferencialmente as crianças, pois com elas os padres recolhiam o material para a organização da língua”. Neste sentido, conclui a historiadora “o menino indígena foi, afinal, o eixo da atividade missionária no Brasil Colônia.” (Teixeira; Cordeiro, 2008, p. 04, *apud* Cunha, 2012, p. 82).

Em pesquisa posterior, Cunha (2018) prossegue com sua análise na tese *Luzes apagadas: a educação escolar indígena na Amazônia Colonial*, doutorado realizado na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Nessa direção, o autor, a partir da perspectiva das “letras” trabalhada na sua dissertação, busca investigar os princípios e motivações dos diferentes agentes que atuaram nesse projeto de ensino, também quais eram seus métodos, suas práticas pedagógicas e estratégias. Bem como, quais recursos e materiais didáticos eram utilizados e os “resultados alcançados”. O trabalho em questão caminha na mesma linha da dissertação que analisa em linhas gerais a história da educação escolar indígena no período colonial.

Contudo, entender o papel da criança como sujeito ativo nesse contexto é

¹⁹ Compreendido pela prática da leitura e da escrita na língua portuguesa.

²⁰ Foi governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, irmão do “Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo).

²¹ Também conhecida como Nheengatu é a língua geral amazônica que surgiu a partir da fusão de diversas línguas indígenas com o português durante a colonização do Brasil.



extremamente relevante para analisar as especificidades da “infância” vivenciada por esses sujeitos. Perceber e cotejar essas infâncias distintas é um caminho significativo para entender como os indígenas e os portugueses concebiam os papéis dos mesmos. Em vista disso, Vale destacar a tese *Índios Cristãos: A conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769)* de Almir Diniz de Carvalho Junior em que concentra sua investigação na “conversão do gentio” e conta com um recorte que abrange tanto o século XVII quanto o século XVIII. Neste sentido, destaca-se o quinto capítulo da tese, denominado *Índios cristãos*. Neste capítulo, há um tópico em especial, nomeado meninos e mulheres, no qual o autor discorre sobre a prática utilizada pelos jesuítas para “doutrinar os gentios”:

Uma prática comum utilizada pelos missionários jesuítas e provavelmente pelos de outras ordens para doutrinar os gentios era raptarem seus filhos como forma de impor sua vontade ou mesmo de, através da conversão dos meninos, conseguir convencer seus pais a descerem pelos rios para as aldeias missionárias. Sem nenhum tipo de conflito de consciência, João Daniel aconselha que se façam seminários, pois estes poderiam se tornar uma das formas mais eficazes para a manutenção dos índios novatos nas missões (Carvalho Junior, 2005, p. 257).

A passagem citada mostra uma articulação feita pelos missionários que visavam por meio do rapto usar os “meninos indígenas” para tornarem-se “o esteio do processo de conversão”. Ainda sobre como se dava esse processo aponta:

Educados nas missões, eram os intermediários entre seus missionários e outros índios. Tornavam-se línguas, catequistas, sacristãos e, já crescidos, exerciam atividades como pescadores e caçadores para seus mestres. Próximos que estavam ao missionário, certamente conseguiam certa liberdade de ação e regalias frente aos outros índios da aldeia. Eles formavam, muitas vezes, a base de sustentação política do missionário junto aos seus parentes (Carvalho Junior, 2005, p. 259).

Nessas passagens, observa-se com detalhes o que poderia ser o “cotidiano” e “realidade possível” dessas crianças indígenas ensinadas pelos missionários como intermediários das conversas. Não se deve deixar despercebido a agência desses sujeitos, os “meninos da doutrina”, como pontua o autor:

Próximos da igreja e da religião que, se para alguns de seu povo era cheia de exotismos, para eles, possivelmente, já possuía certo sentido. Arrumando os objetos sagrados do altar, guardando e fabricando as hóstias tiveram um contato mais profundo com o ritual católico. No entanto, assim como os demais, exercitaram sua capacidade de traduzir a nova crença e vinculá-la ao universo referencial que traziam como tradição. No último capítulo será



possível perceber como alguns destes meninos tornados homens acabaram por articular uma relação exótica entre o mundo místico europeu – as crenças populares e a religião – e o mundo espiritual do seu povo de origem (Carvalho Junior, 2005, p. 259 - 260).

Esses sujeitos, traduziram a nova crença, enlaçando-a ao seu universo cultural de experiência, isso é, a seu modo reinterpretavam aquela crença alicerçados nos seus conhecimentos. Dado isso, a importância de fazer uso das fontes missionárias, através das mesmas, pode-se mensurar as agências e cotidianidade desses sujeitos.

Chambouleyron, em artigo já citado, tece uma análise a respeito dos padres da Companhia de Jesus e seus encargos para com a doutrina de ler, escrever e fazer orações dessas crianças. Nesse viés, Chambouleyron discorre que:

Além da conversão do “gentio” de um modo geral, o ensino das crianças, como se vê, fora uma das primeiras e principais preocupações dos padres da Companhia de Jesus desde o início da sua missão na América portuguesa. Preocupação que, aliás, também estava expressa no Regimento do governador Tomé de Sousa, no qual o rei dom João III determinava que “aos meninos porque neles imprimirá melhor a doutrina, trabalhareis por dar ordem como se façam cristãos” (Chambouleyron, 2000, p. 55-56).

Esse estudo se faz muito relevante, principalmente, no sentido de inserção da compreensão pela qual tal companhia e outras se relacionavam com as crianças indígenas, quais estratégias utilizavam e como esses sujeitos reagiam e esses ensinamentos.

Em *Imagens da criança entre a Colônia e o Império*, de Elizabet Lannes Bernardes (2005), tem-se por objetivo explorar as imagens da criança entre os períodos colonial e imperial. Neste seguimento, a autora pontua:

O lugar que a infância ocupa em um determinado contexto social depende da forma com que o adulto concebe a criança, pois essas imagens determinam o seu crescimento, sua educação e o seu brincar. Nessa época existem poucas palavras para definir a criança. A expressão utilizada é “miúda”, “ingênua”, “infante”. A primeira idade da vida era a infância, período que ia do nascimento aos 7 anos, caracterizado pela ausência da fala ou pela fala imperfeita. A segunda idade era a puerícia, que ia dos 7 aos 12-14 anos¹. Segundo Gilberto Freyre, era nessa etapa da vida, próximo à puberdade, que as crianças eram obrigadas a se vestirem e comportarem como adultas. (Bernardes, 2005, p. 01)

Um ponto relevante para refletir, diz respeito ao tratamento voltado para crianças negras e indígenas, como eram tratadas e enxergadas nesse contexto do período colonial. Bernardes aponta que alguns relatos dos viajantes que chegaram ao Brasil após a abertura dos portos, especificamente em 1808, descrevem as crianças brancas de elite como sendo



selvagens, indisciplinadas e mal educadas, devido à convivência com os “negrinhos escravos”, isso reflete olhares enraizados nas concepções de civilidades europeias daquele contexto. Sobre isso, Freyre (2003) descreve uma prática comum de meninos brancos, receberem um ou mais meninos negros como parceiros de brincadeiras, onde estes se tornavam “cavalos” de montaria, burros ou até mesmo animais de carruagem, usando um barbante como rédea e um galho de goiabeira como chicote.

O artigo de Tatiana do Socorro Pacheco (2017), intitulado *As diferenças de gênero nos cuidados de meninos e meninas no Brasil no Período Colonial*, publicado na Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Pará (*Revista Cocar*), discorre questões de gênero imbuídas nas práticas culturais de educação e cuidados das crianças no Período Colonial. Em breve explicação sobre o estudo, pode-se afirmar que para a autora, a história da infância e a experiência da criança são moldadas, também, pela sua posição social e identidade de gênero. E essa categoria destaca práticas de educação e cuidados infantis estabelecidos no Brasil colonial, as quais se fundamentaram nas distinções sexuais. Além disso, evidencia os papéis e funções atribuídos a meninas e meninos durante esse período, que se baseavam nessas diferenças. Como pontua:

Vemos, portanto, várias formas de se viver a infância num mesmo momento histórico, a partir das condições de vida das crianças e do papel que coube a estas na sociedade. Este estudo indica que a educação e os cuidados às crianças no Período Colonial, bem como seus papéis e funções, deferiram consideravelmente a partir do seu pertencimento de gênero (Pacheco, 2017, p. 160).

Outro artigo que cabe nota denomina-se *Crianças Escravas no Brasil Colonial*, de Silvani dos Santos Valentin (1990). Em resumo, este artigo, é de extrema importância para entender melhor esse sujeito (criança negra) no contexto do Brasil Colonial. Para tanto, a autora buscou em outros meios da literatura fragmentos para costurar as visões que em relação mostraram a situação da criança negra e escrava no recorte indicado. Questões levantadas por Valentin vão desde a permissão aos locais de ensino, as igrejas? Se tais crianças de tão pouco valiam de que se ocupavam? Como se educava?

Cabe destacar nesse artigo, como era a situação das meninas escravas, em detimentos dos meninos. Nesse viés, de forma geral, na historiografia oficial e tradicional acerca do período colonial, não se faz distinção de gênero ao citarem a criança escrava. Usam em geral os termos “crias”, “moleques”, “molecas”, “negrinhos”, “negrinhas”, “pardinhas” ou “pardinhas” e até “cabrinhas”. Contudo, essa distinção é dada na



atribuição dos papéis. Meninas eram encarregadas de cuidar de crianças brancas, e iniciadas muito jovens, por exemplo.

Este estudo aqui desenvolvido, abre um leque de possibilidades ainda não abordadas isso pois, nessa investigação não foi encontrado nenhum trabalho que sistematizasse as obras a respeito especificamente, de estudos sobre as crianças na Amazônia Colonial. Visando contribuir para o desenvolvimento desse campo em questão, se seguirá recomendações, fontes possíveis que podem ser utilizadas para desenvolver pesquisas que se debrucem sobre a temática.

O *Diário de viagem* do ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio publicado em 1825 pela Typografia da Academia de Lisboa, pode ser uma fonte enriquecedora para os estudos acerca da infância indígena na Amazônia Colonial. Embora publicado na segunda década do século XIX, a viagem ocorreu no final do século XVIII, especificamente, entre 1774 e 1775. Esta fonte, pode ser facilmente consultada em formato digital, na Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin.

O Diário *Viagem filosófica ao Rio Negro*, expedição comandada pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (2007), é uma fonte com potencial para contribuir com os estudos acerca da temática, isso pois, tal viagem percorreu as capitâncias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá entre 1783 e 1792, o que pode revelar aspectos e informações imbricadas nos relatos desenvolvidos na expedição. Uma vez que, o grupo era composto de um naturalista, um jardineiro botânico, chamado Agostinho do Cabo, e dois riscadores (desenhistas), José Codina e José Joaquim Freire, há um gama de relatos e outras diversas informações a respeito dos indígenas, suas organizações etc.

Como já frisado anteriormente, os relatos jesuíticos podem ser fontes enriquecedoras no tocante aos estudos sobre crianças e infâncias. Contudo, citamos de passagens três principais: os textos escritos pelos jesuítas Antônio Vieira, João Felipe Bettendorff (1990) e João Daniel, carregado de nuances:

Estes três autores e seus discursos imprimiram basicamente imagens – representações dos personagens indígenas. Mas, ao mesmo tempo, impregnaram seus discursos de contradições, de espaços de desequilíbrio, onde a incômoda presença desses índios se fez sentir. A experiência imprimiu sua marca na “ordem do discurso”, rompendo o equilíbrio. De outra forma, os três registros foram pontuados com outros veículos documentais menos nobres. Documentos oficiais revelaram os conflitos, as dissonâncias na ordem projetada (Carvalho Júnior, 2005, p. 10).

O autor ainda esclarece que tais fontes tratam-se de veículos de representações,



entretanto, as palavras nelas contidas, retiradas da lógica dos discursos a que pertencem, apresentam, depois de analisadas as conexões contraditórias que revelam, o eco de múltiplos outros discursos que impregnaram a escrita de seus autores (Carvalho Júnior, 2005, p. 11). É justamente nessa linha tênue das contradições dos discursos, que se pode filar os vestígios de uma infância na Amazônia Colonial. Segundo Carvalho Júnior:

Os personagens indígenas emergem dispersos na documentação produzida pelo poder – pelas instituições normativas e repressoras. O cotejamento dessa documentação com os três discursos que ensejam o projeto, sua prática e seu crepúsculo (leia-se, na ordem: Vieira, Bettendorff e João Daniel), permitiu visualizar uma paisagem complexa onde as tramas do tecido social e cultural da colônia foram sendo compostas por vários matizes. Tramas largas e de dimensões múltiplas que permitiram, no desequilíbrio de sua textura, ouvir o eco de vidas “sombrias” que teimaram em deixar sua marca de existência incômoda (Carvalho Júnior, 2005, p. 11).

Essas fontes, eminentemente lacunares, permitem reconstituir uma paisagem complexa. Como discorre Carvalho Júnior, em tais fontes jesuíticas, pode-se esmiuçar seus discursos, analisar seus pormenores, buscando nos detalhes a agência desses sujeitos, a título de exemplo, os meninos da doutrina, que para os missionários era oportuno que fossem ensinados, com o intuito de que esses trouxessem ou mantivesse seus pais e outros. Todavia, esses meninos, traduziam, no contato com a nova crença, cingindo-a ao seu universo cultural, ressignificando tal crença a partir dos seus conhecimentos de mundo.

É congruente citar que a historiografia que se debruça sobre a História da Família nos séculos XVIII e XVIII²², pode ser conveniente no trato de estudos sobre crianças e a infância. Investigando o íntimo da vida privada, familiar, pode-se capturar o lugar que se encontrava a criança, como essa família enxergava esse indivíduo, de que se encarregava e quais funções eram atribuídas aos mesmos nesse núcleo familiar. As possibilidades são muitas, e não se esgotam, apesar de requerer um esforço laborioso do historiador, há condições de ser feito.

Os diversos caminhos e fontes, objetos, sujeitos, demandam do historiador um mister flexível, como colocado no início do texto, foi no âmago das renovações e mudanças no métier do historiador que permitiram florescer novas abordagens arraigadas no próprio contexto temporal estudado, como bem lembra outrora os historiadores dos Annales, “a História é filha de seu tempo”, por sua vez, os historiadores também.

²² Vide: Silva (1998); Cardoso (2008); Mota (2009, 2017).



Em outro seguimento, ao comparar as produções catalogadas e citadas anteriormente, é cabível delinear certas aproximações e contrastes. As pesquisas de Buecke e Trindade por exemplo, enquanto a primeira estuda **as práticas educativas e as crianças no passado colonial, por meio da cronística**, a segunda estuda **a produção científica atual sobre a infância**. Já Buecke e Cunha se aproximam na medida em que ambos se preocupam com questões referentes ao ensino e educação das crianças indígenas e, diga-se de passagem, esse tem sido o caminho de preferência dos pesquisadores que se dedicam a temática das crianças na Amazônia Colonial. Sob esse ponto de vista, Chambouleyron e Carvalho Júnior também se correspondem, dado que suas inquietações e questionamentos concentram-se em questões a respeito de como foi o processo de relação dos jesuítas com as crianças indígenas; nessa direção, há também uma tentativa de abordar esses indivíduos (crianças) como sujeitos históricos, em virtude dos enfoques trazidos pela Nova História Cultural e, sobretudo, pela Nova História Colonial.

Inovações temáticas e metodológicas introduzidas pela Nova História Colonial

A Nova História Colonial, introduziu novos e importantes elementos para a compreensão da história do período em questão. Tal abordagem historiográfica, é marcada pelo rompimento das visões estritamente economicista da colonização, propõem uma investigação mais complexa das relações culturais, sociais econômicas e políticas desse contexto. Tendo como exemplo, a notoriedade que atribuíram a dinâmica interna do Brasil Colonial.

Cabe entender ligeiramente mais sobre o percurso dessas mudanças. Para Karla Maria da Silva e Lupércio Antônio Pereira:

Foi no início da década de 1970 que começaram a aparecer novos posicionamentos em relação à interpretação histórica do período colonial no Brasil. As formulações consagradas pela chamada escola paulista, cujos expoentes são Caio Prado Junior e Fernando Novais, passaram a ser alvo de muitas críticas, formuladas a partir de novas pesquisas e reflexões, cujo foco era dirigido para a dinâmica interna da sociedade colonial. Ciro Flamarion Cardoso é um dos expoentes dessa nova corrente historiográfica. Mesmo aceitando a tese da subordinação da produção colonial ao mercado externo, ele criticou, conforme notou Claudinei Mendes (2012), a visão monolítica de Caio Prado, e apontou para as brechas do sistema e para as reações dos colonos, dando maior atenção à autonomia das estruturas socioeconômicas da colônia (Silva; Pereira, 2021, p. 332).

Para as autoras, a partir das formulações de Ciro Flamarion Cardoso, uma nova



geração de historiadores voltou-se para o estudo da dinâmica interna da sociedade colonial, utilizando novas fontes, “como séries estatísticas, testamentos, registros de entrada e saída de tropeiros, listas portuárias de entradas e saídas de embarcações (ligadas ao comércio atlântico e ao de cabotagem), almanaques comerciais”.

Desse modo, muitos historiadores findaram de olhar tão somente para as relações externas do sistema colonial, isto é, para o comércio direcionado ao Atlântico e seus desdobros, e atentaram-se para o interior da colônia:

Um grupo significativo dessa nova corrente de historiadores - corrente está fortalecida a partir da década de 1990 - e que se autodenomina Antigo Regime nos trópicos (ART), concentrou-se no Rio de Janeiro e, por esse motivo, tem sido chamado por alguns historiadores de “escola do Rio”. Dentre os historiadores brasileiros que têm se destacado por seus trabalhos relativos à América portuguesa merecem especial atenção: João Luís Fragoso (*Homens de Grossa Aventura*, de 1998), Maria Fernanda Bicalho (*A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro na dinâmica colonial portuguesa*, de 2003); Antônio Carlo Jucá de Sampaio (*Na Encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro – 1650/1750*, de 2003); e Manolo G. Florentino (*Em Costas Negras*, de 1997) (Silva; Pereira, 2021, p. 332).

Além desses estudos, pode-se citar também pesquisadores que contribuíram para à produção historiográfica referente ao tema, como Nuno Gonçalo Freitas Monteiro (2003) e seu livro intitulado *Elites e Poder: O Antigo Regime e o liberalismo, e Poder e Instituições no Antigo Regime* de Antônio Manuel Hespanha (1992), ainda que não desenvolvessem especificamente estudos sobre o Brasil, ao pormenorizarem Portugal da era moderna abordaram inquirições concernentes à América portuguesa, e assim, contribuindo para as investigações sobre o período colonial do Brasil.

Por conseguinte, é importante mencionar os estudos como *O Império Marítimo Português*, de Charles Ralph Boxer (2002), também, *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*, de Anthony John Russell Russell-Wood (2005) e *O Trabalho na América Latina Colonial*, de Ciro Flamarión Cardoso (1985). Tais obras colaboraram para um aprofundamento dos estudos desse período e ampliaram percursos para outras análises e possibilidades de interpretação.

A dinâmica interna da colônia, como já mencionado, foi o aspecto que as novas produções se voltaram, privilegiava-se outros olhares, como Silva e Pereira apontam:

Têm se chamado a atenção, por exemplo, para os seguintes aspectos da sociedade colonial brasileira: 1) uma diversificação maior da economia colonial e a existência de um mercado interno mais significativo do que o pensado pela chamada escola paulista; 2) relativização da dependência da



economia colonial em relação à Europa; 3) a existência de um empresariado local poderoso em termos econômicos e bastante influente em termos sociais e políticos; 4) a existência de um processo endógeno de acumulação de riqueza; 5) sua inserção nos quadros gerais do império português e o desenvolvimento de estruturas políticas e administrativas próprias do Antigo Regime (Silva; Pereira, 2021, p. 338).

Nessa direção, João Fragoso (1998), em *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*, deixa evidente esse tipo de abordagem. Em seu primeiro capítulo, intitulado *Os modelos explicativos da economia colonial*, em que analisa a historiografia sobre o Brasil Colonial, retoma a discussão relativa aos conceitos, defende uma dinâmica interna complexa, no qual exemplifica em três pontos: A expressividade das produções voltadas para o mercado interno contrastando com as exportações, um ritmo próprio da economia colonial e uma hierarquia econômica no mercado colonial.

Em livro posterior, João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa, organizaram *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, publicado em 2001. No citado livro, é criticado o dualismo empregado entre metrópole e colônia, seu caráter inflexível e rígido, bem como se rediscuti outros parâmetros conceituais, outras perspectivas teóricas, como os mesmos apontam²³:

Trata-se de propor uma nova leitura historiográfica que não se limite a interpretar o “Brasil-Colônia” por meio de suas relações econômicas com a Europa do mercantilismo, seja sublinhando sua posição periférica – e com isto privilegiando os antagonismos colonos versus metrópole – seja enfatizando o caráter único, singular e irredutível da sociedade colonial escravista (Fragoso; Bicalho; Gouvêa, 2001, p. 21).

Essas obras abordadas expressam um afastamento, principalmente, das interpretações de Caio Prado Júnior. Contudo, Laura de Mello e Souza (2006), em *O Sol e a Sombra: política e administração da América portuguesa do século XVIII*, tece considerações no tocante as perspectivas analíticas novas criticando-as. Em primeira análise, contesta o conceito de Antigo Regime, apontando que seria descomedido o transpor para a América portuguesa, isso pois, a sua realidade diferiria da europeia. Para a autora o que ocorreu na América portuguesa foi uma forma de “expressão” do Antigo

²³ Ver introdução escrita por Fragoso, no livro *Monarquia Pluricontinental e a Governança da Terra no Ultramar Atlântico Luso – séculos XV-XVIII*, de 2012, em que o mesmo discorre sobre os novos ares tomados pelos historiadores que se munem de ferramentas mais refinadas para o entendimento do século XVI ao XVIII.



Regime europeu que tomou contornos particulares.

Conforme apresentado, tais abordagens se apresentam no transcorrer das produções historiográfica a respeito dos estudos sobre o Brasil Colonial, bem como influenciaram muitas outras posteriormente. Contudo, não é só isso, a Nova História Indígena também contribuiu significativamente para os novos rumos dos estudos que pautam a temática indígena sob um novo viés, estudos esses, ampliados pelo esforço dos movimentos indígenas somados aos pesquisadores de diversas áreas, como historiadores, antropólogos, entre outros.

No processo de renovação na década de 70 e 80, como já dito no início do texto, houve uma inclusão de novas abordagens e novos temas. Entretanto, novas perspectivas conceituais e teóricas foram formuladas a partir da incorporação gradual de novas fontes e dos diálogos, entre historiadores e especialistas das Ciências Humanas e Sociais, viabilizando outras leituras. Para Edson Hely Silva e Flávio Benites:

Um dos momentos importantes nesse período, na década de 1980, ocorreu com o progressivo abandono de marcos teóricos generalizantes de inspiração marxista, ampliando o quadro profissionalizante de historiadores nas universidades. Assim, houve uma explosão de estudos sobre a escravidão negra, cristão novos, mulheres, pobres e entre outros, com novas perspectivas sobre a História Social, demográfica, econômica e cultural. Logo, alguns esquecidos da história começaram a saltar dos arquivos, mas nesse período os indígenas permaneceram ignorados pelos historiadores (Silva; Benites, 2023, p. 206).

Ainda para os autores, foi somente no final dos anos de 1980 e início de 1990 que começou a firmar-se tal renovação dos estudos sobre a temática indígena, surgindo, justamente, na perspectiva de uma “nova história indígena”, que inaugurou novas alternativas interpretativas na História por meio dos diálogos com a Antropologia, como apontam:

O conceito de cultura foi de extrema relevância para as pesquisas sobre a temática indígena na História, porque nos estudos antropológicos na época os processos de mudanças como fator explicativo e transformadores para a cultura estavam sendo discutidos e incorporados nas pesquisas. Desse modo, ocorreu uma franca influência entre os paradigmas conceituais da Antropologia e da História, sendo possível repensar também os conceitos como contato e tradição (Silva; Benites, 2023, p. 206).

Nesse sentido, a Nova História Indígena representa uma transformação na forma como a história dos povos indígenas é abordada, focando-se na agência e resistência desses grupos. Diferente de narrativas anteriores que frequentemente os retratavam como



vítimas passivas ou meros observadores, essa perspectiva busca realçar suas ações e interpretações diante das diversas experiências do contato. O objetivo é evidenciar a participação ativa dos indígenas na construção de sua própria história. Estudos expoentes como os de John Manuel Monteiro (1994, 1994, 2001, 2003), Manuela Carneiro da Cunha (1992, 2012), Ronaldo Vainfas (1995), João Pacheco de Oliveira (2004), Maria Regina Celestino (2010, 2013, 2017), e muitos outros pesquisadores contribuíram para a consolidação dessa nova história indígena. Os conceitos teóricos e metodológicos da nova história indígena são referências basilares para se pensar as identidades e o protagonismo indígena.

Diante do exposto, as produções aqui elencadas que tratam da infância na historiografia sobre a Amazônia Colonial, mostram matrizes teóricas e metodológicas introduzidas pela Nova História Colonial e Nova História Indígena, bem como pela História Cultural.²⁴ Uma vez que versam sobre um recorte temático que foi introduzido pelas renovações no âmbito dos novos ventos historiográficos. Como bem nos lembrou Brecht: *Quem construiu Tebas de sete portas?* Essas perguntas instigam a reflexão sobre os sujeitos históricos outrora não presente nas produções historiográficas, como as crianças e a infância, nas suas diversas configurações.

Além disso, um ponto comum entre os estudos que se debruçam sobre a temática aqui elencados, é trazer o protagonismo desses sujeitos, suas agências, visto que, tais sujeitos ou grupos históricos agiam e influenciavam os eventos, tomando decisões e moldando o cotidiano. Buecke (2019) aponta para esse protagonismo, em ponto específico, os rapazes e meninos como facilitadores da aprendizagem da língua nativa, mas não apenas, Carvalho Júnior (2005) traz, através dos relatos de João Daniel, informações de que em certos casos, as meninas eram ensinadas na doutrina. Esses sujeitos, traduziam e ressignificavam as crenças ensinadas com base em seu entendimento de mundo, como aponta o autor, essas reflexões caminharam ao passo da Nova História Colonial e Nova História Indígena.²⁵

Cunha (2012) aponta também uma perspectiva que apresenta as crianças indígena como protagonistas, e evidencia que “a instrução destinada aos índios voltou-se principalmente às crianças, através do ensino da língua e esporadicamente, também das letras”. Apesar de enxergadas pelos missionários como estratégia para a catequese, esses

²⁴ Na configuração da terceira geração da “Escola dos Annales”, destaco aqui a coleção editada por Jacques Le Goff e Pierre Nora, intitulada “História: novos problemas, novas abordagens, novos objetos”.

²⁵ Ver: Domingues (1995).



sujeitos reformulavam e reinterpretavam essas crenças. São muitos os elementos oriundos das inovações empregadas pela Nova História Indígena, Colonial e Cultural, contudo, não aprofundaremos significativamente intuindo esgotar o debate, apresentá-lo e introduzi-lo já é um passo considerável para oportunizar os estudos posteriores.

Considerações finais

Nesta pesquisa, ficou evidente que a História da infância na historiografia da Amazônia Colonial, tem se mostrado promissora e vem crescendo cada vez mais com o passar dos anos e das produções acadêmicas. No entanto, ainda se mostra um pouco tímida, uma vez que foi entre outras áreas como Educação e Psicologia que encontramos trabalhos que se relacionavam com o tema. Diante disso e após analisar essas obras produzidas, foi notado que tais produções historiográficas que diz respeitam ao tema, partiram dos preceitos, principalmente, da Nova História Cultural, Nova História Colonial e Nova História Indígena, bem como da renovação historiográficas disseminadas pela Escola dos Annales, isto sobretudo, mostra como essa renovação expandiu os horizontes de pesquisa, de modo que um sujeito que antes era relegado na historiografia, hoje vem sendo trabalhado como ponto chave de uma pesquisa que procura entender como eram essas relações e como eles participaram do processo histórico daquele contexto. Por fim, o entrave das fontes também se coloca, mas com a investigação de fôlego de diversas fontes, pode ser possível construir um conhecimento que nos pormenores dos vestígios históricos, resgate tais sujeitos. Necessita-se também, nesse sentido de um estudo histórico das relações dessas infâncias, das diferentes infâncias, pois não houve o que se entenda por infância de modo homogêneo, cada sujeito histórico de uma realidade cultural, política e social, vivenciaram uma infância diferente dos outros, e esse ponto precisa ser abordado em pesquisas futuras.

Data de Submissão: 19 de agosto de 2025

Data de Aceite: 1 de dezembro de 2025

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na história do Brasil: revisões historiográficas. **Revista Brasileira de História**, v. 37, n. 75, p. 17-38, 2017.

_____. Os Índios na História: avanços e desafios das abordagens interdisciplinares: a contribuição de John Monteiro. **Revista História Social**, v. 25, 2013, p. 19-24.

_____. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ARENZ, Karl Heinz. Além das doutrinas e rotinas: índios e missionários nos aldeamentos jesuíticos da Amazônia portuguesa. **História e Cultura**, v. 3, n. 2, p. 63-88, 2014.

_____. “SEM EDUCAÇÃO NÃO HÁ MISSÃO”: a introdução da formação jesuítica no Maranhão e Grão-Pará (Século XVII). **Outros Tempos**, v. 13, n. 21, p. 1–20, 2016.

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: L.T.C., 1981.

BENJAMIN, Walter. **Reflexão sobre a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2009.

BERNARDES, Elizabeth Lannes. **Imagens da criança entre a colônia e o império**. *ANPUH – Simpósio Nacional de História*, XXIII. Anais [...], p. 1-7, 2005.

BETTENDORFF, Pe. João Felipe. *Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. 2. ed. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOXER, Charles Ralph. **O Império Marítimo Português: 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BUECKE, Jane Elisa Otomar. *Infância e práticas educativas na Amazônia Seiscentista*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Pará, 2019.

CARDOSO, Alanna Souto. *Apontamentos para história da família e demografia histórica da Capitania do Grão-Pará (1750-1790)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Universidade Federal do Pará, 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarión S. **O Trabalho na América Latina Colonial**. São Paulo: Ática, 1985.

CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz de. *Índios Cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769)*. Tese (Doutorado em História). UNICAMP, 2005.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as Crianças no Brasil Quinhentista. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Os jesuítas e o ensino na Amazônia Colonial**. Em *Aberto*, Brasília, v. 21, 2007.

_____; ARENZ, Karl Heinz; NEVES NETO, Raimundo. “**Quem doutrine e ensine os filhos daqueles moradores**”: a Companhia de Jesus, seus colégios e o ensino na Amazônia colonial. *Revista Histedbr On-line*, v. 11, n. 43e, 2011.

COSTA, Elisangela Silva da. **Ação pedagógico-formativa da companhia de Jesus em Belém (1652-1759)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Pará, 2016

CUNHA, Jonas Araújo da. *As letras humanas: os povos indígenas e o ensino da língua portuguesa na Amazônia pombalina (1751-1763)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Universidade Federal do Pará, 2012.

_____. **Luzes apagadas: a educação escolar indígena na Amazônia Colonial**. 2018. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Paulo.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo: Enigma, 2012.

DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

DIAS, João Aluízio Piranha. *Educação colonial na Amazônia: a pedagogia dos jesuítas e invenção do Sairé*. Dissertação (Doutorado em Educação). Universidade do Estado do Pará, 2014.

FERNANDES, Florestan. As Trocinhas do Bom Retiro: contribuição ao estudo folclórico sociológico da Cultura e Grupos Infantis. In: FERNANDES, Florestan. *Folclore e Mudança social na cidade de São Paulo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem filosófica ao Rio Negro**. 2ª edição. Organizada, atualizada, anotada e ampliada por Francisco Jorge dos Santos, Auxiliomar Silva Ugarte e Mateus Coimbra de Oliveira. Manaus: Edua/Editora do Inpa/Fapeam, 2007.

FERREIRA JÚNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa. **Educação jesuítica e crianças negras no Brasil Colonial**. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 80, n. 196, p. 472-482, 1999.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Introdução. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (ed.). **Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar luso: séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

_____. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

_____; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÉA, Maria de Fátima. **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48ª ed. São Paulo: Global, 2003.

_____. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. São Paulo: Global, 2004.

GÉLIS, Jacques. A Individualização da Criança. In: ARRIÈS, Philippe e DUBY, Georges (dir.). **História da Vida Privada**. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

HESPANHA, Antonio Manuel. **Poder e instituições no Antigo Regime: guia de estudo**. Lisboa: Edições Cosmos, 1992.

HEYWOOD, Colin. **Uma História da Infância: da Idade Média à Época Contemporânea no Ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LACERDA, Franciane Gama; PESSOA, Alba Barbosa (Orgs.). **História social da infância na Amazônia**. São Paulo: Livraria da Física, 2021.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (ed.). **História: novos problemas, novas abordagens, novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil 1726-1950*. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MELLO E SOUZA, Laura de. **O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MONTEIRO, John Manuel. **Guia de fontes para a História indígena e do indigenismo em arquivos brasileiros**: acervos das capitais. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 1994a.

_____. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994b.

_____. **Tupis, tapuias e historiadores: estudo de História Indígena e indigenismo**. Tese (Livre Docência em História) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, 2001.

_____. **Unidade, diversidade e a invenção dos índios: entre Gabriel Soares de Sousa e Francisco Adolfo Varnhagen**. Revista de História, n. 149, p. 109-137, 2003.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. **Elites e Poder: entre o antigo regime e o liberalismo**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

MOTA, Antonia da Silva. **Batismos, família e escravidão no Maranhão colonial**. Afro-Ásia, Salvador, n. 55, 2017.

_____. **Famílias de elite no Maranhão Pombalino: Tecendo redes de solidariedade e poder**. *ANPUH – Simpósio Nacional de História*, XXV. Anais [...], p. 1-9, 2009.

OLIVEIRA, João Pacheco (Org.). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena**. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, [1998] 2004.

PACHECO, Tatiana do Socorro Corrêa. **As diferenças de gênero nos cuidados e na educação de meninos e meninas no Brasil no período colonial.** *Revista Cocar*, v. 11, n. 21, p. 142-162, 2017.

PESSOA, Alba Barbosa. *Infância e trabalho: dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus (1890-1920)*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Amazonas, 2010.

RUSSELL-WOOD, Anthony John R. **Escravos e libertos no Brasil Colonial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. *Diário da Viagem*. Lisboa: Typografia da Academia, 1825.

SILVA, Edson Hely; BENITES, Flávio. **A importância da "nova história indígena" para a compreensão dos protagonismos indígenas na história do Brasil.** *Revista Crítica Histórica*, v. 14, n. 27, p. 198-215, 2023.

SILVA, Karla Maria da; PEREIRA, Lupércio Antônio. **As novas abordagens teórico-metodológicas no estudo do Brasil Colonial: a distância entre o debate acadêmico e o livro didático.** *Vozes, Pretérito & Devir: Revista de História da UESPI*, v. 12, n. 1, p. 330-350, 2021.

SILVA, Maria Beatriz Marques Nizza da. **História da família no Brasil Colonial.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998

TRINDADE, Marileia Perreira. *Representações Sociais Sobre Crianças e Infâncias em Teses e Dissertações da Amazônia*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Pará, 2019.

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995

VALENTIM, Silvani dos Santos. **Crianças escravas no Brasil Colonial.** *Educação em Revista*, v. 6, n. 11, 1990.